RENATO DUARTE FRANCO DE MORAES

O ENRIQUECIMENTO POR INTERVENÇÃO

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Francisco Paulo De Crescenzo Marino

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

**São Paulo – SP
2020**

RENATO DUARTE FRANCO DE MORAES

O ENRIQUECIMENTO POR INTERVENÇÃO

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Associado Francisco Paulo De Crescenzo Marino.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Moraes, Renato Duarte Franco de
O Enriquecimento por Intervenção ; Renato Duarte
Franco de Moraes ; orientador Francisco Paulo De
Crescenzo Marino -- São Paulo, 2020.

344

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2020.

1. Enriquecimento sem causa. 2. Enriquecimento
por intervenção. 3. Causa de atribuição patrimonial.
4. Gestão de negócios. 5. Teoria da destinação. I.
Marino, Francisco Paulo De Crescenzo , orient. II.
Título.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é uma jornada de crescimento e perseverança, e foram muitos os que me acompanharam e me ajudaram nesse longo caminho. Minha mulher, Sabrina, e meus filhos, Eduardo e Fernando, foram únicos nesse projeto. Ela, pelo companheirismo, pela dedicação à nossa família e pela renúncia a tantas coisas em exercício de irrestrito altruísmo. Eles, pela alegria incessante e pelo amor de quem sequer imagina o que um doutorado seja.

O restante da minha família também teve participação essencial no trabalho. Meus pais, Heloisa e Luiz Antonio, que por muitas vezes deixaram de fazer aquilo que queriam, apenas para almoçar comigo nos intervalos de pesquisa. Também foram essenciais minha sempre presente avó, Iaiá, minha irmã, Maria Beatriz, meu cunhado, Francisco, meus sobrinhos, Alice e Antonio, além de meus tios, Luiz e Ana Maria, e dos meus queridos primos, Ana Luisa, Roberto, Guilherme e Paula, sem esquecer jamais dos inesquecíveis Vô Lú, Vó Eva e Vô Nico.

Na parte acadêmica, meu orientador Francisco Marino conseguiu realizar a difícil tarefa de estimular a constante busca pela excelência, sem perder a proximidade de um amigo. Juntamente a ele, a amiga Deborah Nery não apenas dividiu monitorias e provas, mas também compartilhou muitas ideias comigo, sendo importante companheira ao longo da pós-graduação.

Agradeço, ainda, aos meus sócios e amigos de Cascione, Pulino, Boulos Advogados, que deixo de nomear por serem muitos, bem como aos demais colegas que me acompanharam ao longo da vida profissional. Lembro-me, por fim, de tantos outros que estiveram comigo e me apoiaram nesses anos de estudo, destacando os amigos Karina Elias, Deysi, Guilherme Kappáz, Ricardo Costa, Carolina Rodrigues, Walter Sanches, Daniel Tardelli, Mark Kreidel, Renato Jabur, sem esquecer dos corredores Guilherme Ramos, Cristiano Mazza, Antonio Coltro, Marcos Paim e Marcos Joaquim, que me ajudaram a manter o corpo são para que a mente funcionasse melhor.

Todos esses – e tantos outros – foram parte fundamental desta tese e merecem minha total gratidão.

RESUMO

A presente tese se volta para a análise do enriquecimento por intervenção. Trata-se de fenômeno no qual determinado sujeito obtém benefício patrimonial por meio da intervenção sobre direito alheio. A tese aborda quatro questões principais: (i) a qualificação jurídica e o consequente tratamento legal que deve ser conferido ao enriquecimento por intervenção; (ii) o objeto do enriquecimento por intervenção, ou seja, quais os direitos cuja violação conferem margem para a restituição do benefício; (iii) o regime aplicável para definir a quem cabe o benefício originado da intervenção sobre direitos alheios, levando-se em consideração que o direito e a iniciativa do interventor podem ter contribuído para o resultado obtido; e (iv) a relevância da boa-fé na definição da atribuição do benefício patrimonial originado da intervenção. A análise passa, inicialmente, pelo exame das potenciais qualificações jurídicas conferidas ao enriquecimento por intervenção pela doutrina e pela jurisprudência ao longo da história, verificando-se a adequação de cada um desses potenciais institutos para explicar e regular situações de benefícios originados da intervenção de direitos. Ingressa-se, então, na análise do enriquecimento sem causa, com o exame do desenvolvimento histórico do instituto, e de sua aplicação e consolidação em diversos ordenamentos jurídicos. A tese aborda também os requisitos do enriquecimento sem causa, buscando estabelecer os contornos do instituto que define o enriquecimento por intervenção e orienta sua aplicação. A próxima etapa consiste na análise das características do enriquecimento por intervenção em si, iniciando-se pela definição dos parâmetros que indicam as modalidades de direitos cuja violação caracteriza o enriquecimento por intervenção, conferindo margem para o dever de restituir. Examinam-se, ainda, as diversas teorias relativas à identificação do sujeito que deve receber o benefício originado da intervenção sobre direitos, verificando-se em que medida direito e da iniciativa do interventor contribuem para a obtenção do resultado. A parte final da tese se volta sobre dois assuntos principais, abordando em que medida a boa ou má-fé do interventor interfere no seu direito ao resultado da intervenção, bem como a eventual possibilidade de definir o objeto da restituição por meio do resultado da subtração de eventuais benefícios originados ao prejudicado do aumento patrimonial obtido pelo enriquecido.

Renato Duarte Franco de Moraes. O Enriquecimento por Intervenção. 342 páginas. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 13 de janeiro de 2020.

ABSTRACT

This thesis approaches the enrichment by intervention. This is a phenomenon whereby an individual obtains benefits through the intervention over other people's rights. The thesis approaches four main issues: (i) the legal definition and the consequent legal treatment applicable to the enrichment by intervention; (ii) the object of the enrichment by intervention, which means to determine the sorts of rights whose violation gives rise to the restitution of the benefit; (iii) the applicable regime to define who is entitled to receive the benefits arising from the intervention over other people's rights, considering that both the right and the initiative of the individual who intervenes may have contributed to the result achieved; (iv) the relevance of the good-faith to establish the rights of the individuals over the result originated from the intervention. The analysis initially deals with the potential legal concepts that both scholars and judicial precedents have attempted to use in order to frame the enrichment by intervention throughout history, in order to determine to what extent each of these concepts is appropriate to explain and to regulate situations involving benefits originated from the intervention over rights. The thesis moves then to the analysis of unjust enrichment, and handles with the historical development of the concept, and to how several legal systems consolidated and applied it. The thesis also approaches the requirements of the unjust enrichment, seeking to define the framework that defines the concept and guides its application. The next step lies in the analysis of the characteristics of the enrichment by intervention, and initiates by the definition of the parameters that indicate the sort of rights whose violation characterizes the enrichment by intervention, giving rise to restitution. The analysis deals with the several legal doctrines related to the definition of the individual who is entitled to receive the benefits arising of the intervention over rights, in order to define to what extent the right and the initiative of the individual who intervenes contribute to the achievement of the result. The final part of the thesis handles with two main issues, approaching to what extent the good or bad faith of the individual who intervenes influences his right over the result of the intervention, as well as the possibility to define the object of restitution by means of the result originated by subtracting the potential benefits originated to the injured individual the increase of assets obtained by the enriched.

RIASSUNTO

Questa tesi si concentra sull'analisi dell'arricchimento mediante ingerenza. Si tratta di un fenomeno in cui un determinato soggetto ottiene vantaggio patrimoniale attraverso l'ingerenza sui diritti di altri. La tesi affronta quattro questioni principali: (i) la qualificazione giuridica e il conseguente trattamento legale che dovrebbe essere riservato all'arricchimento mediante ingerenza; (ii) l'oggetto dell'arricchimento mediante ingerenza, vale a dire, i diritti la cui violazione consente la restituzione del vantaggio; (iii) il regime applicabile per definire chi è responsabile per il beneficio generato dall'intervento sui diritti degli altri, tenendo conto che il diritto e l'iniziativa dell'interveniente possono aver contribuito al risultato; e (iv) la rilevanza della buona fede nella definizione dell'attribuzione del vantaggio patrimoniale generato dall'intervento. Inizialmente, l'analisi si concentra sull'esame delle potenziali qualificazioni giuridiche conferite all'arricchimento mediante ingerenza dalla dottrina e dalla giurisprudenza nel corso della storia, verificando l'adeguatezza di ciascuno di questi potenziali istituti a spiegare e regolare le situazioni di benefici generati dall'intervento dei diritti. Si inizia quindi l'analisi dell'arricchimento senza causa, esaminandosi lo sviluppo storico dell'istituto e la sua applicazione e consolidamento in vari sistemi giuridici. La tesi affronta anche i requisiti per l'arricchimento senza causa, cercando di stabilire i contorni dell'istituto che definisce l'arricchimento mediante intervento e ne guida la sua applicazione. Il passo successivo è l'analisi delle caratteristiche dell'arricchimento mediante intervento, a partire dalla definizione dei parametri che indicano le modalità di diritti la cui violazione caratterizza l'arricchimento mediante ingerenza, dando spazio al dovere di restituzione. Vengono esaminate anche le diverse teorie sull'identificazione della persona che dovrebbe ricevere il beneficio generato dall'intervento sui diritti, valutando in che misura il diritto e l'iniziativa dell'interveniente contribuiscono a far raggiungere il risultato. La parte finale della tesi si concentra su due questioni principali, affrontando in che misura la buona o la mala fede dell'interveniente interferisce con il suo diritto al risultato dell'ingerenza, nonché la possibilità di definire l'oggetto della restituzione attraverso il risultato della sottrazione di eventuali benefici generati dall'aumento patrimoniale ottenuto dall'arricchito.

SUMÁRIO

Introdução	11
1. A qualificação jurídica do enriquecimento por intervenção	14
1.1 Responsabilidade civil extracontratual	14
1.2 Gestão de negócio	42
1.2.1 A gestão de negócios alheios julgados próprios e a gestão de negócios imprópria.	46
1.3 <i>Restitutionary damages</i> e <i>account and disgorgement of profits</i> .	70
1.4 Enriquecimento sem causa.	79
2. O desenvolvimento do enriquecimento sem causa	95
2.1 Evolução histórica	95
2.1.1 O desenvolvimento do enriquecimento sem causa no <i>ius civile</i> do Direito Romano	95
2.1.2 Direito pretoriano	99
2.1.3 Direito justinianeu	101
2.1.4 A restituição como consequência do ato ilícito	105
2.2 As teorias do enriquecimento sem causa	111
2.3 Direito estrangeiro	116
2.3.1 Direito francês	116
2.3.2 Direito alemão	124
2.3.3 Direito espanhol	130
2.3.4 Direito holandês	136
2.3.5 Direito italiano	137
2.3.6 Direito português	138
2.3.7 Os esforços de uniformização do direito europeu	140

2.4	Direito brasileiro	145
2.4.1	O enriquecimento sem causa no Código Civil de 1916	145
2.4.2	O desenvolvimento do enriquecimento sem causa na jurisprudência brasileira	150
2.4.3	O enriquecimento sem causa no Código Civil de 2002	154
3.	Requisitos do enriquecimento sem causa	159
3.1	Enriquecimento	159
3.2	Ausência de justa causa	168
3.2.1	A causa do negócio jurídico e a justa causa do enriquecimento	169
3.2.2	As posições doutrinárias sobre a justa causa do enriquecimento	174
3.2.3	Os diversos conceitos de justa causa do enriquecimento	176
3.2.4	A lei e o negócio jurídico	182
3.2.5	Ausência de lei ou negócio jurídico: análise casuística e o enriquecimento imposto	189
3.3	Imediação e causalidade	199
3.4	Subsidiariedade	217
3.4.1	O desenvolvimento do conceito da subsidiariedade	217
3.4.2	A subsidiariedade nos diversos ordenamentos jurídicos	220
3.4.3	A pertinência da subsidiariedade	225
3.4.4	As vertentes abstrata e concreta da subsidiariedade.	226
3.4.5	A diversidade de pretensões e a possibilidade de concorrência entre elas.	243

4.	O enriquecimento por intervenção	249
4.1	O objeto do enriquecimento por intervenção	249
4.1.1	A teoria da ilicitude	250
4.1.2	A teoria do conteúdo de destinação ou de atribuição.	254
4.1.2.1	Critérios de determinação do conteúdo de destinação	260
4.1.2.2	Hipóteses de reconhecimento do conteúdo de destinação	269
4.1.2.3	Hipóteses de não reconhecimento do conteúdo de destinação.	277
4.1.3	Conclusão	280
4.2	Objeto da restituição e a teoria do duplo limite	281
4.2.1	A vertente patrimonial	283
4.2.2.	A vertente econômica ou do valor de mercado	286
4.2.3	A vertente do resultado da intervenção e o grau de contribuição	295
4.2.4	Conclusão	301
4.3	Outros elementos relativos ao objeto da restituição	306
4.3.1	A <i>compensatio lucro cum damni</i>	306
4.3.2	A relevância da boa-fé do interventor	317
5.	Conclusões	328
	Referências Bibliográficas	331

INTRODUÇÃO

A constante busca pela riqueza integra a natureza humana. Por mais que exista reprovação moral à cobiça excessiva, o exercício moderado da ambição é aceitável, decorre da autonomia da vontade, e é considerado, inclusive, importante para proporcionar a geração de riquezas no sistema de produção capitalista.

A questão consiste em definir o limite para o enriquecimento aceitável e aquele reprovável. Dentre os adágios jurídicos, um dos mais conhecidos é o clássico *Juris praecepta sunt haec: honest vivere, alterum non laedere, suum cuique tribuere*. Trata-se de ensinamento de autoria do jurisconsulto Ulpiano, cuja tradução livre é “Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence”¹. Tamanha a importância dessa passagem que, para Moitinho de Almeida, o *alterum non laedere* e o *suum cuique tribuere* consistem em princípios de direito natural².

A interpretação do excerto de Ulpiano indica que a conduta de “viver honestamente” deve ocorrer de duas formas diversas e complementares entre si: a omissão quanto à prática de condutas ofensivas aos outros, de um lado, e a atribuição a cada um daquilo que lhe é de direito, de outro.

O enriquecimento por intervenção reflete bem esses dois parâmetros. Antes de qualificar esse conceito como instituto jurídico, é necessário compreendê-lo como hipótese fática, consistente em situação na qual determinado sujeito se beneficia a partir da intervenção realizada sobre direito alheio. Essa premissa é essencial, pois a primeira das investigações realizadas ao longo do presente trabalho consiste justamente em definir como esse tipo fático deve ser enquadrado juridicamente, à luz das diversas qualificações jurídicas que lhe são potencialmente aplicáveis.

Tanto em sede doutrinária, quanto no âmbito jurisprudencial, diversos precedentes utilizaram institutos como a responsabilidade civil, a gestão de negócios, o enriquecimento sem causa, e chegam a mencionar até mesmo os institutos anglo-saxões do *restitutionary damages* e do *account and disgorgement of profits*, para lidar com o enriquecimento por intervenção. Cada um desses conceitos possui peculiaridades e limitações, devendo-se definir qual deles se

¹ D. 1.1.10.1.

² ALMEIDA, L. P. Moitinho de. *Enriquecimento sem causa*. 2ª ed., Coimbra: Almedina, 1998, p. 11.

revela compatível e apropriado para regular hipóteses de benefício originado da intervenção sobre direitos alheios.

A partir da análise realizada nesse capítulo, verifica-se que o enriquecimento sem causa consiste no instituto mais adequado para lidar com hipóteses fáticas de benefício gerado pela intervenção. Por essa razão, ingressa-se nas bases teóricas desse instituto, analisando-se sua estrutura conceitual e todas as características e controvérsias que lhe são inerentes. Afinal, o enriquecimento por intervenção apenas pode ser compreendido a partir do enriquecimento sem causa. Mais especificamente, o exame da tese parte do exame de análise histórica e do direito estrangeiro, recaindo posteriormente sobre as teorias do enriquecimento sem causa e na análise (i) do enriquecimento; (ii) da justa causa; (iii) da imediação; e (iv) da subsidiariedade.

O enfoque do trabalho se volta, então, para as características e limitações particulares do enriquecimento por intervenção. É fundamental analisar se – e em que medida – a intervenção sobre qualquer direito confere margem para o enriquecimento por intervenção, ou se apenas direitos como determinadas características se submetem a esse modelo. Identificar as modalidades de direitos sujeitas ao enriquecimento por intervenção significa compreender a essência desse instituto.

Também é relevante analisar a destinação do aumento patrimonial, principalmente considerando que houve a violação do direito do titular, mas que a iniciativa do interventor contribuiu para a obtenção do benefício. Parte-se, em suma, da violação de direito, para se definir qual o sujeito legitimado para receber o benefício dela originado. Existe verdadeira dialética entre o direito do titular e a iniciativa do interventor, pois, se é inaceitável atribuir a integralidade do enriquecimento àquele que interveio sobre direito alheio, tampouco parece correto conferir esse benefício ao sujeito cujo único mérito consiste na titularidade do direito, principalmente nas hipóteses nas quais a intervenção foi decisiva para o aumento patrimonial.

Paralelamente, surge outra questão não menos importante, relativa à importância da boa-fé das partes. Busca-se compreender os reflexos do estado subjetivo do interventor sobre a destinação dos proventos originados da intervenção, definindo-se se o tratamento conferido ao sujeito que ignora a titularidade do direito alheio deve ser equivalente àquele atribuído ao indivíduo que interfere dolosamente na esfera jurídica de outrem.

A adoção da expressão “enriquecimento por intervenção” no título e ao longo da presente tese decorre das peculiaridades inerentes à hipótese fática sob exame. A utilização de

“lucro da intervenção” ou “lucro por intervenção”, feita por parcela relevante da doutrina³, pode conferir ideia equivocada quanto à limitação do objeto da tese somente ao resultado líquido da intervenção, ou seja, àquele montante sobressalente após a dedução de todas as despesas realizadas na atividade desempenhada.

O escopo do trabalho vai além disso, pois se volta ao exame da moldura jurídica aplicável à integralidade dos benefícios originados da intervenção sobre direitos alheios. A distinção é sutil, porém relevante: a noção de enriquecimento reflete melhor o valor bruto do aumento patrimonial, enquanto o conceito de lucro parece se aproximar mais apenas do resultado final da exploração do direito alheio.

³ Dentre os autores que utilizam a expressão “lucro da intervenção”, incluem-se Sérgio Savi (*Responsabilidade Civil e Enriquecimento sem Causa – o Lucro da Intervenção*. São Paulo: Atlas, 2012), Thiago Lins (*O lucro da intervenção e o direito à imagem*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016), Carlos Nelson Konder (*Dificuldades de uma abordagem unitária do lucro da intervenção*. In: Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 13/2017, outubro-dezembro/2017, p. 231/248), Anderson Schreiber e Rodrigo da Guia Silva (*Lucro da Intervenção. Perspectivas de qualificação e quantificação*. In: Direito Civil: Estudos | Coletânea do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa – IBDCivil, HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; SANTOS, Romualdo Baptista (coord.) 1ª ed., 2018, p. 175/206). Por sua vez, preferem “enriquecimento por intervenção” Luís Manuel Teles de Menezes Leitão (*O enriquecimento sem causa no Código Civil Brasileiro*. Conferência proferida na II Jornada de Direito Civil, realizada pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 17 a 25 de novembro de 2003; *O enriquecimento sem causa no Direito Civil. Estudo dogmático sobre a viabilidade da configuração unitária do instituto, face à contraposição entre as diferentes categorias de enriquecimento sem causa*. Coimbra: Almedina, 2005), António Menezes Cordeiro (MENEZES CORDEIRO, António. *Tratado de Direito Civil*. Direito das Obrigações. Gestão de negócios. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil. v. VIII. Coimbra: Almedina, 2017). Alguns autores italianos, como Rodolfo Sacco (*L'arricchimento ottenuto mediante fatto ingiusto*. Torino: Editrice Torinese, 1959) e Paolo Gallo (GALLO, Paolo. *Trattato di Diritto Civile. Arricchimento senza causa e quasi contratti*, 2ª ed., Turim: UTET, 2008), utilizam “enriquecimento obtido mediante fato injusto”. Júlio Manuel Vieira Gomes segue “lucro ilicitamente obtido através da ingerência na esfera jurídica alheia” (VIEIRA GOMES, Júlio Manuel. *O conceito de enriquecimento, o enriquecimento forçado e os vários paradigmas do enriquecimento sem causa*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1998), expressão semelhante àquela utilizada Aline Miranda Valverde Terra e Gisela Sampaio da Cruz, que adotam “lucro ilícito” (*Considerações acerca da exclusão do lucro ilícito do patrimônio do agente ofensor*. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nº 28, dezembro-2015), embora a primeira das autoras também utilize “enriquecimento por intervenção” (*Privação do uso: dano ou enriquecimento por intervenção*. In: Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica).

5. CONCLUSÕES

A partir da análise realizada na presente tese, é possível concluir que:

1. A responsabilidade civil extracontratual é inadequada para lidar com hipóteses de enriquecimento originado da intervenção sobre direitos alheios, por se voltar ao prejuízo sofrido pela vítima e por exigir a prática de conduta culposa *lato sensu* ou o exercício de atividade potencialmente arriscada para terceiros.

2. O instituto da gestão de negócios é incompatível com as hipóteses de benefício patrimonial decorrente da intervenção sobre direitos alheios, por exigir a intenção de satisfazer os interesses do titular (*animus negotia aliena gerendi*), havendo normas pontuais que excepcionalmente estendem o âmbito de vigência do instituto para a gestão realizada no interesse exclusivo do gestor.

3. Inexiste fundamento normativo para se admitir, no direito brasileiro e nos principais ordenamentos continentais, que a simples prática de ato ilícito resulte na expropriação dos ganhos obtidos pelo infrator, ainda que sem relação com o patrimônio da parte prejudicada.

4. A situação fática na qual a intervenção sobre direitos alheios gera benefício patrimonial, também conhecida como enriquecimento por intervenção, deve ser qualificada como modalidade de enriquecimento sem causa.

5. O enriquecimento sem causa adquiriu contornos similares ao instituto atual no Direito Romano, por ocasião do período justinianeus, no qual a *condictio sine causa* adquiriu preponderância sobre as demais *condictiones* e se fundiu com as *actiones utiles*, tornando-se fundamento geral para afastar atribuições patrimoniais injustificadas.

6. A restituição como consequência de atos ilícitos apenas foi reconhecida de forma esporádica no Direito Romano, principalmente nas situações nas quais as consequências da responsabilidade civil se revelavam insuficientes para proporcionar reequilíbrio patrimonial.

7. Enquanto requisito do enriquecimento sem causa, o enriquecimento deve ser compreendido sob o viés subjetivo, levando em consideração o estado pessoal do sujeito beneficiado, que deve ser permeado e mitigado por sistema de presunções baseado nos seguintes elementos: (i) existência de obrigação legal do enriquecido quanto à realização de despesas incorridas pela parte prejudicada; (ii) existência de necessidade fática, que deve ser verificada

de acordo com as circunstâncias concretas; (iii) eventual aceitação tácita do beneficiado; e (iv) conversão do enriquecimento em dinheiro.

8. A justa causa do enriquecimento consiste em conceito jurídico indeterminado, cuja caracterização depende da análise de alguns parâmetros. Como regra geral, a existência de negócio jurídico ou lei – analisada sob a perspectiva da finalidade – deve ser compreendida como justa causa da atribuição patrimonial. Na ausência de lei ou negócio jurídico, a casuística se torna mais ampla e complexa, e a caracterização da justa causa passa pela análise dos seguintes parâmetros: (i) vontade do indivíduo de beneficiar o outro; (ii) boa-fé subjetiva dos sujeitos envolvidos na relação de enriquecimento; e (iii) eventual assunção de riscos no âmbito do contexto no qual se verifica o enriquecimento.

9. A imediação não consiste em requisito do enriquecimento sem causa. A caracterização do conceito prescinde de causalidade qualificada, bastando que exista relação entre o benefício do enriquecido e o patrimônio da parte prejudicada.

10. A subsidiariedade consiste em requisito pertinente ao enriquecimento sem causa, pois complementa a noção de justa causa, possuindo importância nas situações nas quais o regime específico nega o direito ao prejudicado, ao mesmo tempo em que não justifica o enriquecimento do beneficiado, tal como se verifica na prescrição e na decadência.

11. A vertente concreta da subsidiariedade é mais apropriada, pois a mera existência teórica de ação específica não constitui empecilho insuperável para a utilização da via restitutória. É necessário verificar se ação, em seus termos concretos, é suficiente para resguardar a pretensão da parte.

12. A subsidiariedade significa que óbices jurídicos à ação específica impedem o recurso à via do enriquecimento sem causa. Por outro lado, elementos de natureza fática não afastam a pretensão restitutória.

13. A subsidiariedade não impede que a parte prejudicada escolha entre a responsabilidade civil e o enriquecimento sem causa, e tampouco que deduza pretensões paralelas com base nesses fundamentos, à luz da diferença entre as finalidades dos institutos. Caso o enriquecimento do beneficiado corresponda ao prejuízo do lesado, haverá um único pagamento a título de reparação e ressarcimento.

14. A teoria da ilicitude é inadequada para definir os direitos cuja violação leva ao enriquecimento por intervenção, na medida em que (i) vincula o enriquecimento sem causa à conduta humana; e (ii) não compreende a diversidade existente entre a natureza jurídica das

normas, pois algumas apenas reprimem a prática de determinada conduta, enquanto outras reservam o monopólio da exploração do direito ao titular.

15. A teoria do conteúdo de destinação ou de atribuição é a mais adequada para definir o âmbito de incidência do enriquecimento por intervenção e estabelece que somente a intervenção sobre aqueles direitos que reservam o monopólio dos respectivos benefícios ao titular confere fundamento para o enriquecimento sem causa.

16. A teoria do duplo limite não pode ser compreendida como limitação do objeto da restituição à perda de patrimônio do titular do direito.

17. A teoria do duplo limite deve ser definida a partir do grau de contribuição do direito do titular e da iniciativa do interventor para a obtenção do acréscimo patrimonial, devendo haver a divisão proporcional do resultado entre esses sujeitos, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

18. É inviável a aplicação da *compensatio lucri cum damno* no âmbito do enriquecimento sem causa, pois o enfoque fundamental desse instituto recai no benefício patrimonial do enriquecido, sendo irrelevantes a eventual perda patrimonial da parte prejudicada e sua relação com potenciais ganhos que lhe tenham sido proporcionados.

19. O interventor de boa-fé deve receber parcela do benefício correspondente ao grau de contribuição de sua iniciativa para o resultado obtido. Em contrapartida, o interventor de má-fé não deve receber a parcela proporcional à sua iniciativa, mas deve ser ressarcido pelo trabalho realizado, a partir de parâmetros de mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHILLE, Davide. *Danno e vantaggio nel sistema della responsabilità civile: la c.d. compensatio lucri cum damno*". In: I Contratti, 6/2018, p. 719/728.
- ALBANESE, Antonio. *Ingiustizia del profitto e arricchimento senza causa*, Verona: CEDAM, 2005.
- ALMEIDA, L. P. Moitinho de. *Enriquecimento sem causa*. 2ª ed., Coimbra: Almedina, 1998.
- ALMEIDA COSTA, Mário Júlio. *Direito das Obrigações*, 12ª ed., Coimbra: Almedina, 2018.
- ALVAREZ-CAPEROCHIPI, José Antonio. *El enriquecimiento sin causa*, Granada: Comares, 1989.
- ALVIM, Agostinho. *Do enriquecimento sem causa*. In: Doutrinas Essenciais Obrigações e Contratos, v. 1, junho/2011, p. 911/953.
- AMARAL NETO, Francisco dos Santos. *O caráter jurídico da regra moral*. In: Doutrinas Essenciais de Direito Civil, v. 1, outubro/2010.
- ANTUNES VARELA, João de Matos. *Das obrigações em geral*, 10ª ed., v. 1, Coimbra: Almedina, 2016.
- ARRUE, Xabier Basozabal. *Enriquecimiento Injustificado por Intromisión en Derecho Ajeno*. Madri: Civitas, 1998.
- ASTUTI, Guido. *Tradizione romanistica e civiltà giuridica europea*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1984.
- AUBRY, Charles; RAU, Charles. *Cours de droit civil français: d'après la méthode de Zachariae*, t. IX, 5ª ed., Paris: Imprimerie et Librairie Générale de Jurisprudence, 1917.
- BAR, Christian von; SWANN, Stephen. *Principles of European Law. Unjustified Enrichment*. European Publishers, 2010.
- BARBIERA, Lelio. *L'ingiustificato arricchimento*. Napoli: Jovene Napoli, 1964.
- BARCELONA. Pietro. *Note critiche in tema de rapporti fra negozio e giusta causa dell'attribuzione*, RTDP, 1965, p. 11/79.
- BELLING, Detlev W. *European Trends in the Law of Unjustified Enrichment – from the German perspective*. In: Korea University Law Review, v. 13, primavera de 2013, p. 43/59.

BEVILÁQUA, Clovis. *Direito das obrigações*, 8ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1957.

BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. *Princípios e Regras de Interpretação dos Contratos no Novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIRCHAL, Leonardo de Abreu. *Reparação por danos: indenização por valor subjetivo (private valuation) ou objetivo (market value)?*. In: Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 17/2018, outubro-dezembro/2018, p. 105/133.

BIRKS, Peter. *An introduction to the law of restitution*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

BRANDSMA, F. *Some remarks on Dutch Private Law and the Ius Commune*. In: Electronic Journal of Comparative Law, v. 11.1, maio/2007, disponível em <http://www.ejcl.org>.

CABELEIRA, Caio Martins. *A teoria das condictiones e o direito brasileiro: uma nova abordagem do enriquecimento sem causa*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2018.

CAMARA, Manuel de la; DIEZ-PICAZO, Luis. *Dos estudios sobre el enriquecimiento sin causa*, Madri: Civitas, 1988.

CAMPOS. Diogo José Paredes Leite de. *A subsidiariedade da obrigação de restituir o enriquecimento*. Coimbra: Almedina, 2003.

_____. *Enriquecimento sem causa, responsabilidade civil e nulidade*. In: Revista dos Tribunais, v. 560, ano 71, junho/1982, p. 259/266.

_____. *Enriquecimento sem causa e responsabilidade civil*. Enriquecimento sem causa e responsabilidade civil. In: Revista da Ordem dos Advogados, ano 42. Lisboa: Ordem dos Advogados Portugueses, 1982.

CAPRIELLO, Luigi. *L'arricchimento ingiustificato. Ipotesi applicative e profili processuali*. Santarcangelo di Romagna: Maggioli, 2018.

CARVALHO SANTOS, J.M.. *Código Civil Brasileiro Interpretado. Direito das obrigações. Arts. 1.265-1.362*. v. XVIII, 8ª ed., São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1972.

CASELTA, Daniel Costa. *Responsabilidade civil por danos decorrentes da prática de cartel*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*, 8ª ed, São Paulo: Atlas,

2008.

CERVANTES, Carles Vendrell. *La acción de enriquecimiento injustificado por intromisión en los derechos al honor, a la intimidad y a la propia imagen*. In: ADC, tomo LXV, 2012, fasc. III, p. 1.109/1.244.

CHAGAS, Carlos Orlandi. *Novos Defeitos do Negócio Jurídico*, Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014.

CHAKIRIAN, Laurence. *Vers une redefinition du principe de subsidiarite de l'action de in rem verso*. In: Revue de la Recherche Juridique Droit Prospectif, N. 85, 2000-4, obtido em <http://www.laurence-chakirian.fr/2018/08/08/vers-une-redefinition-du-principe-de-subsidiarite-de-laction-de-in-rem-verso-commentaire-a-consulter/>.

CHANTEPIE, Gaël; LATINA, Mathias. *La réforme du droit des obligations. Commentaire théorique et pratique dans l'ordre du Code civil*, Paris: Dalloz, 2016.

CHAPPUIS, Christine. *La restitution des profits illégitimes: le rôle privilégié de la gestion d'affaires sans mandat en droit privé suisse*. Bâle: Helbing & Lichtenhahn, 1991.

CHAVES, Antonio. *Gestão de negócios alheios*. In: Revista de Informação Legislativa, v. 13, n. 51, julho/setembro 1976, p. 101/114.

CHÉNEDÉ, François. *Le nouveau droit de obligations e des contrats*. 10^a ed, Paris: Dalloz, 2018.

COELHO, Francisco M. Pereira. *O enriquecimento e o dano*. Coimbra: Almedina, 1970.

CORREA DE ANDRADE, André Gustavo. *Indenização punitiva*. In: Revista da EMERJ, v. 9, no 36, 2006, p. 135/169.

DANNEMANN, Gerhard. *The German Law of Unjustified Enrichment and Restitution. A Comparative Introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2009.

DAWSON, John P. *Negotiorum gestio: the altruistic intermeddler*. In: Harvard Law Review, v. 74, n. 5, março/1961, p. 817/865.

DESHAYES, Olivier; GENICON, Thomas; LAITHIER, Yves Marie. *Réforme du droit des contrats, du régime general et la preuve des obligations*. Paris: LexisNexis, 2016.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. v. II, 5^a ed., Rio de Janeiro: Forense, 1973.

DICKSON, Brice. *Unjust Enrichment Claims: A Comparative Overview*. In: The Cambridge Law Journal, N. 1, v. 54, março/1995, p. 100/126.

_____. *The Law of Restitution in the Federal Republic of Germany: A Comparison with English Law*. In: *International and Comparative Law Quarterly*, v. 36, 1987, p. 751/789.

DORSNER-DOLIVET. *Contribution a la restauration de la faute, conditions des responsabilités civile et penale dans l'homicide et les blessures par imprudence: a propos de la chirurgie*, Paris: Librairie Generale de Droit et Jurisprudence, 1986.

FATTORI, Sara Corrêa. *A responsabilidade pela reparação do dano no Direito Romano*. In.: *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, n. 47/48, p. 135–153, jan./dez., 1997, disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista3/rev9.htm>

FERRARI, Mariangela. *I nuovi confini dela 'compensatio lucri cum damno'*. In: *Il diritto degli affari*, 26.7.2014, p. 1/12.

FERGUS, T.D.; GORDON, W.M.; ROBINSON, O.F. *European legal history*. 3a. ed., Oxford University: Oxford, 2000.

FORGIONI, Paula A.. *Contrato de Distribuição*. 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FRANÇOIS, Clément. *Présentation des articles 1303 à 1303-4 du nouveau chapitre III. L'enrichissement injustifié*”, disponível em <https://iej.univ-paris1.fr/openaccess/reforme-contrats/titre3/stitre3/chap3-enrichissement-injustifie/>.

FRATTAROLO, Vittorio. *L'azione di arricchimento nella giurisprudenza*, Veneza: Vittore Gualandi, 1974.

FROTA, José Eduardo da Rocha. *Ação de enriquecimento sem causa*. In: *Revista de Processo*, v. 36/1984, outubro-dezembro/1984, p. 43/78.

GAGNÉ, Jacques. *Enrichissement san cause et services rendus*. In: *Les Cahiers de droit*, v. 1, n. 1, 1954, p. 25/33 (disponível em <https://doi.org/10.7202/1003641ar>).

GALLO, Paolo. *Trattato di Diritto Civile. Arricchimento senza causa e quasi contratti*, 2ª ed., Turim: UTET, 2008.

_____. *Compensatio lucri cum damno e benefici collaterali*. In: *Rivista di Diritto Civile*, n. 3, 2018, p. 852/872.

_____. *Gestione d'affari altrui*. In: *Digesto dele Discipline Privatistiche. Sezione Civile*, p. 424/432.

_____. *Il Codice Civile. Commentario. Arricchimento senza causa*. Milão: Giuffrè, 2003.

GIAMPIETRO, Franco. *Responsabilità civile per danno all'ambiente. Iniziative internazionali*

ed esperienza italiana. In: Il foro italiano, v. 109, nº 12.

GIGLIO, Francesco. *The foundations of restitution for wrongs*. HART: Portland, 2007.

GIL, Laura Zumaquero. *El enriquecimiento injustificado en el Derecho Privado Europeo*. In: InDret Revista para el análisis del Derecho, v. 2/2017.

GUARINO, Antonio. *Diritto romano privato*. Napoli: Jovene Napoli, 2001.

HALLEBEEK, Jan. *Developments in Mediaeval Roman Law*. In: Unjust Enrichment. The Comparative Legal History of the Law of Restitution. SCHRAGE, Eltjo J.H. (org.), 2ª ed., Berlin: Duncker & Humblot, 1999, p. 59/120.

HILDEBRAND. Lucas Fajardo Nunes. *Pressupostos da obrigação de restituir o enriquecimento sem causa no Código Civil brasileiro*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Responsabilidade Pressuposta*, Belo Horizonte: Del Rey.

HOGG, Martin A. *Lowlands to Low Country: Perspectives on the Scottish and Dutch Law of Unjustified Enrichment*. In: Electronic Journal of Comparative Law, v. 5.1, março/ 2001, disponível em <http://www.ejcl.org/ejcl/51/art51-1.html>.

ITURRASPE, Jorge Mosset. *Responsabilidad por daños*, t. I, Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO. Antonio. *Natureza jurídica do contrato de consórcio. Classificação dos atos jurídicos quanto ao número de partes e quanto aos efeitos. Os contratos relacionais. A boa-fé nos contratos relacionais. Contratos de duração. Alteração das circunstâncias e onerosidade excessiva. Sinalagma e resolução contratual. Resolução parcial do contrato. Função social do contrato*. In: Revista dos Tribunais, v. 832/2005, fevereiro/2005, p. 115 – 137.

_____. *Negócio Jurídico e Declaração Negocial*. Tese de titularidade apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1986.

_____. *Negócio Jurídico. Existência, validade e eficácia*. 4ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2002

KONDER. Carlos Nelson. *Dificuldades de uma abordagem unitária do lucro da intervenção*. in Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 13/2017, outubro-dezembro/2017, p. 231/248.

KOURI, Robert; LEMIEUX, Charlotte. *La gestion d'affaires inopportune, l'indemnisation du faux gérant, et la portée de l'article 1490 c.c.Q.*. In: Revue de droit de l'Université de

Sherbrooke, n. 93, 1993, p. 503/520).

LEME, Lino de Moraes. *A causa nos contratos*. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 52, 1957, p. 72/79.

LE HENAFF, Claire. *Les critères juridiques de l'œuvre a l'épreuve de l'art conceptuel*, trabalho apresentado junto à Faculdade de Direito da Universidade de Poitiers, 2005/2006.

LEVY, Daniel de Andrade. *Uma visão cultural dos punitive damages*. In: Revista de Direito Privado, v. 45/2011, janeiro-março/2011.

LINS, Thiago. *O lucro da intervenção e o direito à imagem*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

LONDERS, Ghislain; MOSSELMANS, Sven; BOSSUYT, Amaryllis. *Deux principes généraux du droit issus du droit national et du droit communautaire: l'enrichissement sans cause ou l'enrichissement injustifié et l'interdiction de l'abus de droit*. In: Actes du colloque pour le cinquantième anniversaire des Traités de Rome, p. 95/126. Obtido em https://curia.europa.eu/common/dpi/col_londers_fr.pdf.

LORENZEN, Ernest G. *The negotiorum gestio in Roman and modern civil law*. In: Cornell Law Review, v. 13, n. 2, fevereiro/1928, p. 190/210.

MAGGI, Bruno de Oliveira. *O cartel e seus efeitos no âmbito da responsabilidade civil*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.

MAIA, Paulo Sávio Peixoto. *A contribuição do tomismo para a institucionalização do ensino jurídico: glosadores e comentadores no contexto medieval*. In: Revista de Direito Privado, v. 40, outubro-dezembro/ 2009, p. 253/287.

MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Interpretação do negócio jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith; Pargendler, Mariana. *Usos e abusos da função punitiva (punitive damages e o Direito brasileiro)*. In: Revista CEJ, 9(28), p. 15-32. Obtido em <https://revistacej.cjf.jus.br/revcej/article/view/643>.

MATTIA, Fábio Maria de. *Direitos da Personalidade. Aspectos Gerais*. In: Doutrinas Essenciais de Direito Civil, v. 3, outubro/2010, p. 245/268.

MEIER-BECK, Peter. *Les dommages-intérêts pour contrefaçon de brevet en droit allemand. Principes fondamentaux, évaluation et mise en œuvre*. In: Revue mensuelle du JurisClasseur - Propriété Industrielle, novembro/2014, p. 11/15.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico. Plano da Existência*. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2000.

MENEZES CORDEIRO, António. *Tratado de Direito Civil*. Direito das Obrigações. Gestão de negócios. Enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil. v. VIII. Coimbra: Almedina, 2017.

MENEZES LEITÃO, Luís Manuel Teles de. *A responsabilidade do gestor perante o dono do negócio*. Coimbra: Almedina, 2005.

_____. *O enriquecimento sem causa no Código Civil brasileiro*. Conferência proferida na II Jornada de Direito Civil, realizada pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 17 a 25 de novembro de 2003.

_____. *O enriquecimento sem causa no Direito Civil. Estudo dogmático sobre a viabilidade da configuração unitária do instituto, face à contraposição entre as diferentes categorias de enriquecimento sem causa*. Coimbra: Almedina, 2005.

MICHELON JR., Cláudio. *Direito Restitutivo. Enriquecimento sem causa. Pagamento indevido. Gestão de negócios*. In: REALE, Miguel; MARTINS-COSTA, Judith. Estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Native sources and comparative resources: unjustified enrichment in Brazil after the 2002 Civil Code*, in Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 9/2016, outubro-dezembro/2016, p. 243/276.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. *Punitive damages* em sistemas civilistas: problemas e perspectivas. In: *Revista Trimestral de Direito Civil*. v. 5. n. 18. Rio de Janeiro: Padma, abril – junho. 2004.

MORAES, Renato Duarte Franco de, *A causalidade alternativa e a responsabilidade civil dos múltiplos ofensores*. São Paulo: LiberArs, 2017.

MOREIRA, Mario Thiago. *Aplicação do princípio de vedação ao enriquecimento sem causa no ordenamento jurídico civil brasileiro: o caso da sub-rogação das seguradoras*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 108, janeiro/dezembro 2013, p. 803/830.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Direito Romano*, 13ª ed., v. 1 e 2, São Paulo: Forense.

MOSCATI, Enrico. *Studi sull'indebito e sull'arricchimento senza causa*. Padova: CEDAM, 2012.

MOTA, Mauricio Jorge Pereira; PEREIRA, Daniel Queiroz. *O enriquecimento sem causa: uma análise histórico-comparada*. in: *Quaestio Iuris*, v. 4, N. 1, p. 161/189.

NANNI, Giovanni Ettore. *Enriquecimento sem causa*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Promessa de fato de terceiro. Coligação contratual e extinção do contrato pela frustração de seu fim (parecer)*. in *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. v. 9/2016, outubro/dezembro de 2016.

NEGREIROS, Teresa Paiva de Abreu Trigo de. *Enriquecimento sem causa. Aspectos de sua aplicação no Brasil como um princípio geral de direito*. in *Revista da Ordem dos Advogados*. Lisboa, v. 55, n.3., dezembro-1995, p. 757-845.

NEVES. José Roberto Castro. *O enriquecimento sem causa como fonte das obrigações*. In: *Doutrinas Essenciais Obrigações e Contratos*, v. 1, junho/2011, p. 1235/1256.

NICOLUSSI, Andrea. *Lesione del potere di disposizione e arricchimento. Un'indagine sul danno non aquiliano*. Milão: Giuffrè, 1998.

NONATO. Orosimbo. *Curso de Obrigações*. 1ª ed., 2ª Parte, v. II, Rio de Janeiro: Forense, 1960.

NORONHA, Fernando. *Direito das Obrigações*, v. 1, São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Enriquecimento sem causa*. in *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial*, v. 56, São Paulo: Revista dos Tribunais, abril/junho-1991, p. 51/78.

NURIT-PONTIER, Laure. *La garantie de l'intégrité patrimoniale au travers des règles de la responsabilité civile et de l'enrichissement sans cause*. in: *Revue juridique de l'Ouest*, 1993-3, p. 465/490.

PENTEADO, Luciano de Camargo. *Doação com encargo e causa contratual*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2002.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado. Direito das Obrigações: Mandato. Gestão de negócios alheios sem outorga. Mediação. Comissão. Corretagem*. t. XLIII.

POSEZ, Alexis. *La subsidiarité de l'enrichissement sans cause: étude de droit français à la lumière du droit comparé*. In: *Revue de droit international et de droit comparé*, Emile Bruylant, 2014 (disponível em [ffhttp://www.ledroitcritique.fr/la-subsidiarite-de-l-enrichissement-sans-cause/ff](http://www.ledroitcritique.fr/la-subsidiarite-de-l-enrichissement-sans-cause/ff))

REALE, Miguel. *Visão geral do projeto de Código Civil*. in Revista dos Tribunais, v. 752/1998, junho/1998, p. 22/30.

ROSENVALD, Nelson; KUPERMAN, Bernard Korman. *Restituição de ganhos ilícitos: há espaço no Brasil para o disgorgement?* In: Revista Fórum de Direito Civil, ano 6, nº 14, janeiro-abril/2017, p. 11/31.

SACCO, Rodolfo. *L'arricchimento ottenuto mediante fatto ingiusto*. Torino: Editrice Torinese, 1959.

SARAIVA, David Emanuel. *A tutela preventiva da responsabilidade civil*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2015.

SAVI, Sérgio. *Responsabilidade Civil e Enriquecimento sem Causa – o Lucro da Intervenção*. São Paulo: Atlas, 2012.

SAVIGNY, Friederich Carl von. *Sistema del Diritto Romano Attuale*. v. V, Turim: Unione Tipografico, 1898.

SCHLECHTRIEM, Peter. *Some Thoughts on the Decision of the BGH concerning Princess Caroline of Monaco*. In: MARKENSINIS, Basil (org.). *Protecting Privacy*, Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 131/138.

SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil. Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos*. São Paulo: Atlas, 2007.

_____; SILVA, Rodrigo da Guia. *Lucro da Intervenção. Perspectivas de qualificação e quantificação*. In: *Direito Civil: Estudos | Coletânea do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa – IBDCivil*, HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; SANTOS, Romualdo Baptista (coord.) 1ª ed., 2018, p. 175/206.

SCHULZ, Fritz. *Derecho romano clásico*, Barcelona: Bosch, 1960.

SERPA, Pedro. *Indenização Punitiva*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011.

SIMÕES, Marcel Edvar. *Transmissão em direito das obrigações: cessão de crédito, assunção de dívida e sub-rogação pessoal*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011.

SION, Dephine. *De l'apport de l'enrichissement sans cause au droit des contrats administratifs*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Direito de D'Aix-En-Provence, 2016.

SILVA, Clóvis do Couto e. *O Direito Privado brasileiro na visão de Clóvis do Couto e Silva*. FRADERA, Vera Maria Jacob de (org.), Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SILVA, Rafael Peteffi da; LUIZ, Fernando Vieira. *A compensatio lucri cum damno: contornos essenciais do instituto e a necessidade de sua revisão nos casos de benefícios previdenciários*. In: Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 13/2017, outubro-dezembro/2017, p. 281/312.

SILVA, Rodrigo da Guia. *Contornos do enriquecimento sem causa e da responsabilidade civil: estudo a partir da diferença entre lucro da intervenção e lucros cessantes*. civilistica.com, a. 5. n. 2. 2016.

_____. *Compensatio lucri cum damno: problemas de quantificação à luz da unidade e complexidade do dano patrimonial*. In: Revista de Direito Privado, v. 90/2018, junho/2018, p. 91/145.

_____. *Compensatio lucri cum damno no direito brasileiro: estudo a partir da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o pagamento do DPVAT*. In: Revista Brasileira de Direito Civil, v. 16, abril/junho de 2018, p. 139/165.

_____. *Enriquecimento sem causa. As obrigações restitutórias no direito civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

SION, Daphne. *De l'apport de l'enrichissement sans cause au droit des contrats administratifs Contribution au règlement indemnitaire des situations péri-contractuelles*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Aix Marseille, 2016.

SIRENA, Pietro. *L'azione generale di arricchimento senza causa*, In: *Obligazioni. Il rapporto obbligatorio*. LIPARI, Nicola; RESCIGNO, Pietro (coord), v. III, Milão: Giuffrè, 2009, p. 553/581.

_____. *La gestione di affari altrui. Ingerenze altruistiche, ingenze egoistiche e restituzione del profitto*. Turim: Giappichelli, 2000.

_____. *La restituzione dell'arricchimento e il risarcimento del danno*. In: Rivista di Diritto Civile, ano LV, N. 1, janeiro/fevereiro 2009.

_____. *La sussidiarietà dell'azione generale di arricchimento senza causa*. in Rivista di Diritto Civile, ano LXIV, N. 2, março/abril 2018, p. 379/405.

_____. *L'obbligo di protezione a carico di chi si ingerisce nell'altrui sfera giuridica e la restituzione del profitto ingiustificato*. In: Contratto e Impresa/Europa, 1-2010, p. 9/22.

_____. *Towards a European Law of Unjustified Enrichment*. Società Editrice il Mulino,

2012.

SMITS, Jan M. *The Principle of Unjust Enrichment and Formation of Contract: The Importance of a Hidden Policy Factor*. In: *European Review of Private Law*. n. 3-2006, p. 423/435.

STEIN, Peter. *Roman law in European history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TAKAHASHI, Samanta Midori. *Neminem cum alterius detrimento et iniuria fieri locupletioem*. Bases romanísticas do enriquecimento sem causa. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015.

TERRA, Aline de Miranda Valverde. *Privação do uso: dano ou enriquecimento por intervenção*. In: *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica.

_____; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. *Considerações acerca da exclusão do lucro ilícito do patrimônio do agente ofensor*. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, nº 28, dezembro-2015.

TERRÉ, François; LEQUETTE, Yves. *Enrichissement sans cause. Fournitures faites a un fermier. Action de in rem verso contre le propriétaire. Conditions d'exercice. Effet relatif des contrats*. In: *Les grands arrêts de la jurisprudence civile*, 12^a ed., 2008, p. 553/559.

TERRÉ, François; SIMLER, Philippe; LEQUETTE, Yves. *Droit Civil. Les obligations*. 9^a ed., Paris: Dalloz, 2005.

TONIOLO, Ernesto José. *A evolução do conceito de reformatio in peius e a sua proibição no sistema recursal do processo civil*. In: *Revista de Processo*, v. 254/2016, abril/2016, p. 257/280.

TRIMARCHI, Pietro. *L'arricchimento senza causa*. Milão: Giuffrè, 1962.

VICENTE, Dario Moura. *Direito Comparado. Obrigações*, v. II, São Paulo: Almedina, 2018.

VIEIRA GOMES, Júlio Manuel. *O conceito de enriquecimento, o enriquecimento forçado e os vários paradigmas do enriquecimento sem causa*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1998.

VILLELA, João Baptista. *Equilíbrio do contrato: os números e a vontade*. In: *Revista dos Tribunais*, v. 900/2010, outubro/2010, p. 85/122.

VINEY, Geneviève; JOURDAIN, Patrice. *Les conditions de la responsabilité*, 3^a ed., Paris: L.G.D.J., 2006.

_____. *Les effets de la responsabilité*, 2^a ed., Paris: L.G.D.J., 2001.

VIRGO, Graham. *The principles of the Law of Restitution*, 2^a ed., Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. *Demolishing the Pyramid – the Presence of Basis and Risk-Taking in the Law of Unjust Enrichment*, artigo digital fornecido diretamente pelo autor.

VON CAEMMERER, Ernst. *Problèmes fondamentaux de l'enrichissement sans cause*. In: *Revue Internationale de droit comparé*. v. 18, julho/setembro 1966, p. 573/592.

ZIMMERMANN, Reinhard. *Direito Romano e cultura europeia*. In: *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, v. 7/2016, abril-junho/2016, trad. Otavio Luiz Rodrigues Júnior e Marcela Paes de Andrade Lopes de Oliveira, p. 243/278.

_____; PLESSIS, Jacques du. *Basic Features of the German Law of Unjustified Enrichment*. In: *Restitution Law Review*, 2, 1994, p. 31.